DESOCUPAÇÃO LAGO PARANOÁ: UMA BOA IDEIA, MAS...

Muito já se comentou a desocupação da orla do Lago Paranoá desde a derrubada das primeiras cercas no final de agosto. Tanta repercussão, evidentemente, nada tem a ver com as conquistas urbanísticas que se podem vislumbrar a partir daí. Tem a ver, é claro, com o estranhamento geral da população ao ver que a lei e a ação pública podem estar contra os interesses diretos dos mais ricos – só pra variar. Parece que sempre houve um entendimento tácito de que toda lei poderia ser flexibilizada, postergada ou convenientemente ignorada caso os interesses de pessoas ou grupos detentores de poder econômico estivessem ameaçados. Portanto, primeiramente, salve o Ministério Público, que resistiu e insistiu na necessidade do cumprimento da lei ambiental e na desocupação da faixa livre!

Nas redes sociais a retirada das cercas foi um dos assuntos mais comentados (dentre os moradores de Brasília, pelo menos) e o fato mereceu até cobertura de telejornais para veiculação nacional. Superada a primeira reação de surpresa - pois á verdade é que quase ninguém acreditava MESMO que a tal desocupação ia de fato acontecer - creio que os comentários mais comuns, repetidos à exaustão na TV, no rádio, na internet ou ao vivo mesmo, foram: “acho bacana, mas....”, “uma ótima iniciativa, mas...”, “de fato, é louvável, mas...”. Mas. Mas o quê? “Mas o que a gente precisa ver é o que o GDF pretende fazer com o local” “Mas será que o governo vai conseguir implantar (e manter) uma infraestrutura adequada no Lago ou vai deixar o mato tomar conta?” “Mas, e a segurança dos moradores? E a Lei do silêncio?” Mas, mas, mas...

No começo de 2015, outra grande ação de desocupação – dessa vez de moradias improvisadas de famílias de baixa renda – foi levada a termo pelo GDF no Sol Nascente, em Ceilândia. Nada de cobertura televisiva nacional. Comentários nas redes sociais? Só da militância. Nenhum “mas”. Ninguém falou: “Mas o GDF tem um projeto de ocupação para a área?” “Mas onde essas famílias vão morar?”

Daí eu acho que a nossa preocupação em relação ao destino das áreas públicas parece um tanto quanto seletiva... Não nos preocupamos com o que poderá vir a acontecer com a área desocupada no Sol Nascente (a qual, segundo a Agefis, será destinada a equipamentos públicos), muito menos com as famílias que foram retiradas de lá. Nós preocupamos, sim, com o destino que será dado à faixa desocupada na beira do Lago, pois, veja bem, se o governo não vai criar (e manter) parques, praias, calçadões, quiosques e o que mais aprouver, talvez fosse melhor deixar tudo como estava... Afinal, a vista dos píers, quadras e gramados aparados é tão bonita que dá até pra gente uma sensação de que moramos numa linda terra de riqueza e bem estar. Só que não...

As cidades brasileiras são profundamente desiguais. Brasília não só não foge a regra, como maximiza essa desigualdade ao manter o Plano Piloto como uma “ilha” de riqueza e qualidade urbanística, cercada de grandes vazios urbanos que mantém distantes a pobreza e a precariedade. Criar espaços e equipamentos públicos sensacionais, mas isolados e acessíveis somente através de automóveis, não ajuda a criar cidades melhores, só reforça o velha máxima, responsável pelo esgarçamento do tecido social urbano: para poucos, quase tudo e para tantos, quase nada.

O desafio para promover um planejamento urbano mais inclusivo, no entanto, não é só do poder público. Temos que reconhecer nossa parcela de responsabilidade - como indivíduos e sociedade civil – não reproduzindo (ainda que inconscientemente) comportamentos excludentes e individualistas que promovem e reforçam ideias de segregação social e espacial. Reduzir as desigualdades deve ser um objetivo para além do discurso. Deve fazer parte de um processo de desconstrução e reconstrução dos nossos valores, capaz de nos elevar da condição individualista de sobrevalorização do “eu” e do “meu” para um patamar onde o coletivo é o mais importante – seja no planejamento das cidades ou em nossas escolhas pessoais. É só a partir do esforço conjunto da sociedade e do estado que o acesso de todos a condições dignas de vida ficará, enfim, um pouco menos distante.

CAROLINA BAIMA CAVALCANTI

*Arquiteta e Urbanista*

*Analista de Infraestrutura do Ministério do Planejamento e Gerente de planejamento e reabilitação urbana do Ministério das Cidades*